

# RRCGG

RELATÓRIO E CONTA DE GERÊNCIA

## Consolidação de Contas

MUNICÍPIO DE OEIRAS

2  
0  
1  
5



## Índice

I.	Introdução .....	5
II.	Perímetro de Consolidação.....	7
III.	Método de Consolidação.....	9
IV.	Balanço Consolidado.....	11
V.	Demonstração de Resultados consolidado.....	13
A.	Análise Patrimonial.....	15
a.	Análise do Balanço .....	15
b.	Análise da Demonstração de Resultados .....	18
c.	Dívida do Grupo Municipal .....	21
d.	Indicadores de natureza patrimonial.....	21
VI.	Mapa dos Fluxos de Caixa Consolidado .....	24
VII.	Anexos às Demonstrações Financeiras .....	25
1.	Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação .....	25
2.	Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada.....	26
3.	Informações relativas aos procedimentos de consolidação.....	26
4.	Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo.....	27
a.	Dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado que se vencem nos 4 anos seguintes à data do balanço.....	28
5.	Informações relativas a Saldos e Fluxos Financeiros.....	29
6.	Informações relativas a compromissos.....	29
7.	Informações relativas a políticas contabilísticas.....	29
a.	Imobilizações.....	30
b.	Investimentos financeiros .....	30
c.	Existências .....	30

---

d. Dívidas de e a terceiros .....	30
e. Provisões .....	30
f. Disponibilidades.....	30
8. Informações diversas.....	31
a. Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constante do balanço consolidado e nas respectivas amortizações, ajustamentos e provisões .....	31
b. Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respectiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão .....	34
c. Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades .....	35
d. Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respectivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial .....	36
e. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior .....	36
f. Demonstração consolidada dos resultados financeiros .....	37
g. Demonstração consolidada dos resultados extraordinários .....	38
h. Desdobramento das contas de provisões/ajustamentos acumulados e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício .....	39
i. Indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira, com menção dos respectivos valores contabilísticos .....	41
<b>Encerramento.....</b>	<b>42</b>

## I. INTRODUÇÃO

No âmbito da descentralização das atribuições e competências afetas aos municípios, efetuar a análise das contas apenas na sua perspetiva individual inviabiliza e condiciona a análise da real situação financeira do Município. Em consequência de tais constrangimentos ao nível do relato financeiro, surge a necessidade de efetuar uma análise de maior abrangência ao conjunto de atividades desenvolvidas no Município, onde se inclui, indubitavelmente, o setor empresarial local, objetivando a transparência e o rigor de informação.

Neste contexto, a apresentação de contas consolidadas torna-se imperativa, por ser uma técnica contabilística que visa apresentar as contas de um grupo como se de uma única entidade económica se tratasse, sendo elaboradas as respetivas demonstrações financeiras, procurando dar a visão global da situação financeira e dos resultados do grupo autárquico, permitindo, desta forma efetuar a análise e a avaliação das políticas públicas locais.

Foi a anterior Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, que determinou a obrigatoriedade da consolidação de contas para os municípios que detinham serviços municipalizados e/ou a totalidade do capital de entidades do setor empresarial local, contudo o novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, estabelecido pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (NLFL), que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2014, veio introduzir alterações ao nível da consolidação de contas, designadamente ao nível da abrangência de aplicabilidade.

Na ausência de procedimentos contabilísticos, para a consolidação dos balanços dos municípios e das empresas municipais ou intermunicipais, o Município de Oeiras, socorreu-se das normas estabelecidas pela Portaria n.º 474/2010, através da qual foi aprovada a Orientação n.º 1/2010, intitulada de “Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo”, complementada pelo conjunto de instruções publicadas pelo grupo SATAPOCAL, que permitiriam a aplicação deste regime pelos municípios de forma coerente, harmoniosa e comparável atendendo às lacunas que persistiam da articulação dos vários regimes: Lei das Finanças Locais, Portaria e Orientação n.º 1/2010.

Salvaguarda-se ainda que as demonstrações financeiras consolidadas devem, ser elaboradas e aprovadas, em conformidade com o estabelecido no art.º 75.º da NLFL, pela Camara Municipal e de acordo com o instituído no n.º 2 do art.º 76.º, submetidas a apreciação dos órgãos deliberativos durante a sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte aquele que respeitam.



## II. PERIMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Tendo por base o disposto no artigo 75.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais, é instituída a obrigatoriedade de os municípios, entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentarem contas consolidadas com as entidades detidas e participadas.

Como tal, no âmbito dos procedimentos inerentes à prestação de contas consolidadas, o grupo autárquico é constituído pelo Município de Oeiras e pelas entidades por ele controladas, direta ou indiretamente, considerando-se para efeitos de controlo, o poder de decisão sobre as políticas financeiras e operacionais de outra entidade beneficiando assim das suas atividades.

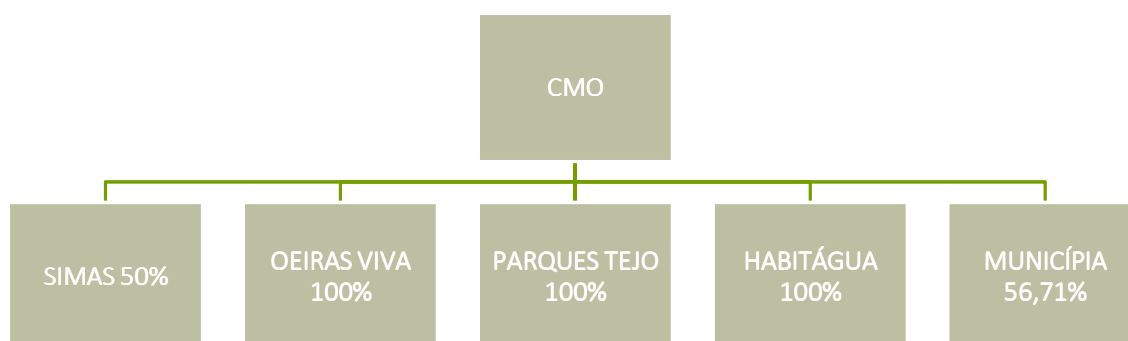
Para proceder à consolidação de contas é necessário definir o chamado “Perímetro de Consolidação”. Para o ano de 2015, o Perímetro de Consolidação do Município de Oeiras compreende a Habitágua, Lda.; a Municípiã, EM, SA; a Oeiras Viva, EMM e a Parques Tejo, EMM, entidades onde a participação social/estatutária detida é superior a 50%, e o SIMAS, E.I.M. na proporção dos 50% do controlo exercido.

Contudo, nem todas as entidades participadas integram o Perímetro de Consolidação, tal como estipula o artigo 8.º do Decreto-lei n.º 158/2009, excluindo assim as entidades não materialmente relevantes, ou seja, que a sua dimensão não tenha expressividade nas contas da entidade consolidante.

- **A Habitágua, Serviços Domiciliários e Técnicos Especializados, Lda.**, é uma sociedade por quotas constituída em 1994 e detida a 100% pelo Município de Oeiras. Tem com atividade principal a prestação de serviços na área dos sistemas de distribuição e das instalações de água, nomeadamente através da manutenção, reparação, alteração e/ou substituição de canalizações, instalação de equipamentos ou utensílios e na área da manutenção de edifícios municipais escolares e de habitação social, compreendendo a intervenção em instalações, coberturas e revestimentos interiores e exteriores de edifícios e infraestruturas, podendo ainda alargar-se a outras áreas afins ou conexas das principais.
- **A Municípiã, Sociedade Anónima**, nasceu em 1999 e tem como missão contribuir para o prestígio e afirmação dos municípios no mercado nacional e no mercado PALOP, nas áreas da Geo-Informação e Tecnologia, assumindo-se como a interface empresarial, dos municípios para os municípios, nas áreas da produção de Cartografia, Cadastro, Sistemas de Informação Geográfica, Internet (Municípios Digitais e e-Government), Formação, Consultoria, Fotografia Aérea, LiDAR e

na elaboração de Edição de Publicações na área da sua atividade, sendo a participação do Município de Oeiras de 56,71%.

- **A Oeiras Viva, EEM**, foi constituída em 2001 sendo detida a 100% pelo Município de Oeiras. O seu objeto Social é a gestão de espaços e equipamentos culturais, desportivos e de lazer que integram ou venham a integrar o património da CMO ou aqueles que a qualquer título estejam confiados ao município para desenvolvimento daquelas atividades, bem como promover as ações necessárias à manutenção, reabilitação ou reequipamento desses espaços, bem como a prestação de serviços de apoio às atuações municipais ou de outras entidades públicas ou privadas, no domínio da promoção de atividades socioculturais e desportivas.
- **A Parques Tejo, EEM**, iniciou a sua atividade em 1999, tendo como objetivo dotar o Concelho de Oeiras com zonas de estacionamento de duração limitada e parques de estacionamento, munidos de equipamentos com uma qualidade de excelência e geridos de acordo com as melhores praticas e com uma criteriosa aplicação dos recursos disponíveis. É participada a 100% pelo município de Oeiras.
- **O SIMAS, Serviços Intermunicipalizados de Agua e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora, EIM**, controlado equitativamente pelos Municípios de Oeiras e Amadora, viu ocorrer a sua reconfiguração estatutária em 2013, por força da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, visa garantir o abastecimento público de água e a prestação de serviços de saneamento básico às populações residentes nos Concelhos de Oeiras e Amadora, de acordo com elevados padrões de qualidade nos serviços disponibilizados e na relação com a comunidade intermunicipal.



Comparativamente com o exercício anterior, o SATU foi expurgado do Perímetro de Consolidação por se encontrar em processo de dissolução e liquidação. As restantes entidades que constituem o Grupo Autárquico do Município de Oeiras não foram consideradas para efeitos de consolidação, ao abrigo do



supracitado artigo 8.º do Decreto-lei nº 158/2009, pois foram consideradas não materialmente relevantes.

### III. MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO

Consoante a percentagem de controlo detida pela “Empresa Mãe” sobre as entidades participadas, é determinado o método adequado a utilizar na consolidação de contas. Para tal, existem três métodos que podem ser utilizados:

- Método Integral;
- Método Proporcional;
- Método de Equivalência Patrimonial.

Com base nas entidades que constituem o perímetro de consolidação, o Município de Oeiras utiliza o Método Proporcional na consolidação com o SIMAS, e o Método Integral com as restantes entidades.

- O **Método Proporcional** é aplicado aos casos em que existe um controlo conjunto, com igual participação, com outra(s) entidade(s), situação verificada no SIMAS em que a participação é conjunta com o Município da Amadora. Este método consiste na soma linha a linha dos ativos e passivos do Balanço, dos rendimentos e gastos da Demonstração de Resultados da empresa participada, mas apenas na percentagem correspondente à sua participação, fator que elimina a existência de interesses minoritários<sup>1</sup>, uma vez que apenas entra em linha de conta com a percentagem detida. Igualmente deverão ser eliminadas as operações recíprocas apenas na proporção detida.

- O **Método Integral** é utilizado no caso da entidade consolidante deter sobre a participada uma percentagem de controlo superior a 50%. Este método consiste na integração no balanço e na demonstração de resultados da empresa consolidante (Empresa-mãe), dos diferentes elementos dos balanço e demonstrações de resultados das empresas consolidadas (Entidades participadas). Após a integração, devem ser eliminadas todas as operações intra-grupo, evitando-se assim a duplicação de valores, e são atribuídos os interesses minoritários, ou seja, a parte que a entidade consolidante não controla das participadas. Deste modo, poder-se-á afirmar que as demonstrações financeiras consolidadas de um grupo, são demonstrações financeiras como se de uma única entidade se tratasse.

---

<sup>1</sup> INTERESSE MINORITÁRIO – A Diretriz Contabilística n.º 1/91 – define em 3.2.8 os interesses minoritários como a parte dos resultados e dos capitais próprios de uma subsidiária que não sejam detidos, direta ou indiretamente através de subsidiárias, pela empresa-mãe.



DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS  
CONSOLIDADAS

2015

## IV. BALANÇO CONSOLIDADO

(Unidade: Euro)

Código das contas POCAL	Ativo	2015			2014
		AB	AP	AL	
	<b>Imobilizado:</b>				
	<b>Bens e recursos naturais</b>				
451	Terrenos e recursos naturais	5.028.445	-	5.028.445	3.849.954
452	Edifícios	4.779.518	776.795	4.002.723	4.081.972
453	Outras construções e infra-estruturas	63.821.724	18.504.589	45.317.135	48.254.762
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	4.352.263	101.441	4.250.822	3.849.820
459	Outros bens de domínio público	5.255.630	15.338	5.240.291	5.241.471
445	Imobilização em curso	44.059.319	-	44.059.319	41.070.348
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	-	-	-	21.000
		<b>127.296.898</b>	<b>19.398.164</b>	<b>107.898.735</b>	<b>106.369.328</b>
	<b>Imobilizações incorpóreas:</b>				
431	Despesas de instalação	1.494.630	1.292.734	201.896	423.660
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	1.397.591	1.352.425	45.166	15.725
433	Propriedade industrial e outros direitos	1.581.811	1.350.346	231.465	241.904
443	Imobilizações em curso	-	-	-	-
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	-	-	-	-
		<b>4.474.032</b>	<b>3.995.506</b>	<b>478.526</b>	<b>681.288</b>
	<b>Imobilizações corpóreas:</b>				
421	Terrenos e recursos naturais	120.117.905	-	120.117.905	114.865.767
422	Edifícios e outras construções	381.302.590	84.547.831	296.754.758	299.373.133
423	Equipamento Básico	25.291.614	21.398.435	3.893.179	4.408.973
424	Equipamento de transporte	8.783.938	6.287.735	2.496.203	2.877.436
425	Ferramentas e utensílios	939.144	875.141	64.003	80.605
426	Equipamento administrativo	20.757.325	18.107.347	2.649.978	2.780.119
427	Taras e vasilhame	204.034	204.034	-	-
429	Outras imobilizações corpóreas	11.685.980	8.408.570	3.277.410	3.532.122
442	Imobilizações em curso	20.998.526	-	20.998.526	13.992.891
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	22.611	-	22.611	22.611
		<b>590.103.666</b>	<b>139.829.093</b>	<b>450.274.573</b>	<b>441.933.657</b>
	<b>Investimentos financeiros:</b>				
411	Partes de capital	12.748.342	1.771.451	10.976.891	12.276.891
412	Obrigações e títulos de participação	5.430.542	-	5.430.542	5.430.542
414	Investimentos em imóveis	-	-	-	-
415	Outras aplicações financeiras	3.823	-	3.823	1.394
441	Imobilizações em curso	-	-	-	-
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	-	-	-	-
		<b>18.182.707</b>	<b>1.771.451</b>	<b>16.411.256</b>	<b>17.708.827</b>
	<b>Circulante:</b>				
	<b>Existências:</b>				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	3.109.789	214.755	2.895.034	3.987.390
35	Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-	-	-
33	Produtos acabados e intermédios	-	-	-	-
32	Mercadorias	20.087	-	20.087	33.614
37	Adiantamentos por conta de compras	10.225	-	10.225	-
		<b>3.140.101</b>	<b>214.755</b>	<b>2.925.346</b>	<b>4.021.005</b>
28	<b>Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo</b>				
	Empréstimos concedidos	-	-	-	-
		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
28	<b>Dívidas de terceiros - Curto prazo:</b>				
	Empréstimos concedidos	1.434.744	878.400	556.344	556.344
211	Clientes, c/c	1.656.543	288.211	1.368.332	2.146.048
212	Contribuintes, c/c	110.859	-	110.859	85.733
213	Utentes, c/c	2.825.649	-	2.825.649	2.131.706
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	14.153.575	11.749.698	2.403.877	2.553.129
251	Devedores pela execução do orçamento	-	-	-	-
224	Cauções a fornecedores	1.558	-	1.558	312
229	Adiantamentos a fornecedores	8.907	-	8.907	60.369
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	-	-	-	-
24	Estado e outros entes públicos	153.266	-	153.266	184.995
264	Administração autárquica	152.131	-	152.131	84.093
262+263+267+268	Outros devedores	499.049	47.523	451.526	1.267.397
		<b>20.996.280</b>	<b>12.963.831</b>	<b>8.032.449</b>	<b>9.070.127</b>
	<b>Títulos negociáveis:</b>				
151	Ações	-	-	-	-
152	Obrigações e títulos de participação	-	-	-	-
153	Títulos de dívida pública	-	-	-	-
159	Outros títulos	-	-	-	-
18	Outras aplicações de tesouraria	-	-	-	-
		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
12	<b>Depósitos em instituições financeiras e caixa:</b>				
	Depósitos em instituições financeiras	55.158.566	-	55.158.566	37.183.476
11	Caixa	84.993	-	84.993	50.453
		<b>55.243.559</b>	<b>-</b>	<b>55.243.559</b>	<b>37.233.928</b>
271	<b>Acréscimos e diferimentos:</b>				
	Acréscimos de proveitos	6.960.238	-	6.960.238	5.602.724
272	Custos diferidos	315.530	-	315.530	604.776
		<b>7.275.768</b>	<b>-</b>	<b>7.275.768</b>	<b>6.207.500</b>
	<b>Total de amortizações</b>		<b>163.222.762</b>		
	<b>Total de provisões</b>		<b>14.950.037</b>		
	<b>Total do ativo</b>	<b>826.713.012</b>	<b>-</b>	<b>648.540.212</b>	<b>623.225.661</b>

# DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS

2015

(Unidade: Euro)

Código das contas POCAL		2015	2014
	<b>Fundos próprios e passivo</b>		
	<b>Fundos próprios:</b>		
51	Património	345.913.736	340.811.244
52	Ações próprias	-	
53	Outros Inst. de CP	-	
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	-	
56	Reservas de reavaliação	-	
571	Reservas legais	17.152.030	16.861.201
572	Reservas estatutárias	1.484.515	1.297.443
573	Reservas contratuais	-	
574	Reservas livres	31.833.243	32.206.476
575	Subsídios	-	
576	Doações	3.043.310	2.990.256
577	Reservas decorrentes de transferência de ativos	-	
578	Reservas decorrentes de cedência apropriação at.	59.303.350	55.888.771
59	Resultados transitados	51.232.772	42.587.137
88	Resultado líquido do exercício	52.515.625	9.394.774
	Interesses Minoritários	1.451.427	9.642.298
		<b>563.930.008</b>	<b>511.679.599</b>
	<b>Passivo</b>		
292	Provisões para riscos e encargos	6.202.098	6.255.694
		<b>6.202.098</b>	<b>6.255.694</b>
	<b>Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo</b>		
2312	Empréstimos de m/l prazo	21.310.586	26.463.057
221	Fornecedores, c/c	34.814	52.726
2611	Fornecedores de imobilizado	13.242.501	18.097.361
262+263+267+268	Outros credores	6.493.600	8.140.939
		<b>41.081.501</b>	<b>52.754.082</b>
	<b>Dívidas a terceiros - Curto prazo:</b>		
2311	Empréstimos de curto prazo	3.485.242	4.923.379
269	Adiantamentos por conta de vendas	-	
221	Fornecedores, c/c	1.719.380	5.352.200
223	Fornecedores, c/c - depósitos de garantias	13.226	14.720
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	1.204.891	1.961.868
217	Clientes com cauções, adiantamentos de clientes, contribuintes e	235.050	233.280
219	Adiantamento de clientes, utentes e contribuintes	721.556	690.964
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c e leasing	5.823.783	6.755.501
26113	Fornecedores de imobilizado, c/ depósito de garantia	511.231	
24	Estado e outros entes públicos	1.749.070	1.322.287
264	Administração autárquica	2.594.994	2.397.957
262+263+267+268	Outros credores	4.249.904	4.531.398
2618	Fat em recepção e conferência - Imob	24.480	309.753
2614	Credores de factoring	102.312	13.794
		<b>22.435.120</b>	<b>28.507.101</b>
	<b>Acréscimos e diferimentos:</b>		
273	Acréscimos de custos	10.771.827	19.608.666
274	Proveitos diferidos	4.119.659	4.420.518
		<b>14.891.486</b>	<b>24.029.184</b>
		<b>84.610.205</b>	<b>111.546.061</b>
	<b>Total do passivo</b>	<b>648.540.212</b>	<b>623.225.661</b>
	<b>Total dos fundos próprios interesses minoritários e do</b>		



## V. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADO

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
		(Unidade: Euro)	
Código das contas POCAL		2015	2014
	<b>Custos e perdas</b>		
61	<b>Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:</b>		
612	Mercadorias	6.587.584	6.397.408
616	Matérias	1.557.476	1.515.771
62	Fornecimentos e serviços externos	42.478.833	39.930.490
	<b>Custos com o pessoal:</b>	-	
641+642	Remunerações	35.096.048	33.113.547
643 a 648	Encargos sociais	9.145.924	9.247.470
63	Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	7.468.372	9.656.909
66	Amortizações do exercício	10.727.736	11.853.426
67	Provisões do exercício	3.872.066	18.772.382
65	Outros custos e perdas operacionais	316.942	282.067
		-	
	<b>(A)</b>	<b>117.250.981</b>	<b>130.769.470</b>
68	Custos e perdas financeiros	3.091.328	3.370.553
	<b>(C)</b>	<b>120.342.310</b>	<b>134.140.023</b>
69	Custos e perdas extraordinários	7.031.193	4.349.038
	<b>(E)</b>	<b>127.373.502</b>	<b>138.489.061</b>
88	Resultado líquido do exercício	52.530.928	2.072.306
	<b>Proveitos e ganhos</b>		
	<b>Vendas e prestações de serviços:</b>		
7111	Vendas de mercadorias	165.037	189.475
7112+7113	Vendas de produtos	9.635.806	9.797.004
712	Prestações de serviços	35.976.114	28.882.282
713+716	Rendas de habitação social	3.949.575	5.740.346
72	Impostos e taxas	76.328.052	66.944.577
	Variação da produção	-	
75	Trabalhos para a própria entidade	53.601	51.204
73	Proveitos suplementares	354.499	298.620
74	Transferências e subsídios obtidos	24.348.978	18.660.329
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	185.807	82.543
	<b>(B)</b>	<b>150.997.469</b>	<b>130.646.380</b>
78	Proveitos e ganhos financeiros	979.911	1.334.024
	<b>(D)</b>	<b>151.977.380</b>	<b>131.980.405</b>
79	Proveitos e ganhos extraordinários	27.927.050	8.580.962
	<b>(F)</b>	<b>179.904.430</b>	<b>140.561.367</b>

Resumo:	2015	2014
Resultados operacionais: (B) - (A)	33.746.488	-123.089
Resultados financeiros: (D-B) - (C-A)	-2.111.417	-2.036.528
Resultados correntes: (D) - (C)	31.635.071	-2.159.618
Resultado líquido do exercício: (F) - (E)	52.530.928	2.072.306
Resultado atribuível ao Município	52.515.625	9.394.774
Resultado atribuível a Interesses minoritários	15.302	-7.322.468





## A. ANÁLISE PATRIMONIAL

### a. Análise do Balanço

A apresentação do Balanço consolidado tem como principal objetivo retratar a estrutura económica e financeira, e patrimonial do conjunto de entidades que constituem o perímetro de consolidação do Município de Oeiras, referente a um determinado período, como se de uma só entidade se tratasse. Na verdade, sendo o Município de Oeiras detentor de participações financeiras em diversas entidades, é responsável não só pela política de gestão de cada uma delas, como também pela política financeira.

Assim sendo, as contas individuais das entidades participadas devem estar refletidas nas contas do Município de Oeiras, devido ao impacto significativo que expressam.

Como tal, o Balanço permite visualizar, da perspetiva económica<sup>2</sup>, o Ativo do grupo de consolidação, representando assim os bens e os direitos existentes por via da aplicação de fundos, sendo que se divide em Imobilizado e Circulante, atendendo ao tempo que se espera que permaneça na entidade. No caso do Imobilizado, o tempo de permanência será superior a 1 ano, e do circulante estima-se que a sua longevidade seja inferior a 1 ano.

De outra forma, permite também visualizar da perspetiva financeira<sup>3</sup>, através dos Fundos Próprios e do Passivo, a origem dos fundos aplicados ou investidos no Ativo.

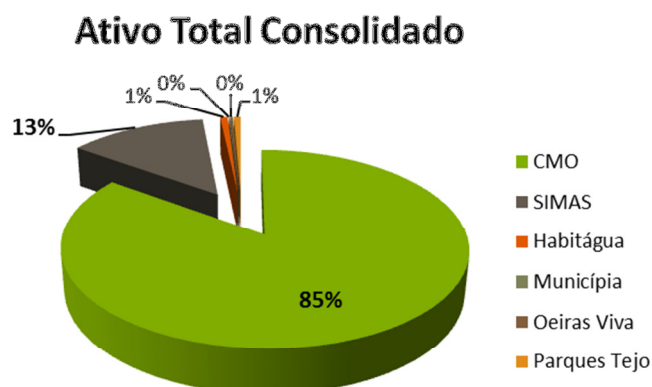
Relativamente ao Ativo Total, o exercício de 2015 apresenta uma evolução positiva superior a 4% face ao período homólogo. Comparando com os valores ajustados por via da dissolução do SATU, ocorrida em 2014, esse crescimento situa-se um pouco abaixo dos 4%. Esta diferença assenta no facto do Município de Oeiras ter efetuado um reforço da provisão para perdas financeiras do SATU no valor de 1.020.000 € em 2014, originando por essa via um aumento do Ativo Total Consolidado de 2014 se expurgado o SATU do perímetro de consolidação.

O gráfico que se segue ilustra a repartição do Ativo Total consolidado pelas várias entidades.

---

<sup>2</sup> Perspetiva económica – Representa o património líquido

<sup>3</sup> Perspetiva financeira – Representa a variação de caixa



Nesta rúbrica, tal como verificado no ano anterior, o Município de Oeiras apresenta um forte peso no Ativo Total, representando então 85% do grupo de consolidação. Contudo, nesta matéria, evidencia uma ligeira diminuição de quase 1% face ao ano transato, provocado pelo aumento do contributo do SIMAS, que viu o seu Ativo valorizar mais de 7%, através de um crescimento de mais de 3 milhões de euros dos seus depósitos em instituições financeiras. Inversamente, a Habitágua, diminuiu o seu contributo para o Ativo Total por via de uma redução de mais de 35%, originada sobretudo por uma forte diminuição da conta de clientes.

Examinando a estrutura do Ativo, verifica-se que o Imobilizado tem um peso relativo no Ativo Total de quase 89%, recuando assim quase 3% face a 2014, sendo o Município de Oeiras o que mais contribui para este facto com cerca de 78%, justificável sobretudo pelos valores elevados das rúbricas de Edifícios, Outras construções e infraestruturas, Terrenos e recursos naturais.

### Composição do Ativo Total





No que concerne ao Ativo Circulante, com um peso relativo no Ativo Total de pouco mais de 11%, é novamente o Município de Oeiras a entidade que maior contributo imputa, representando o seu Ativo Circulante mais de 7% do Ativo Total Consolidado. Este incremento deve-se sobretudo ao forte aumento da rubrica de Depósitos e Caixa que passa de pouco mais de 37 milhões de euros em 2014 para 55 milhões de euros em 2015. Pese embora tenha ocorrido este aumento do Ativo Circulante, este aglomerado registou uma diminuição na rubrica de Existências em 27% e de 11% na rubrica de Dívidas de terceiros – Curto prazo, comparativamente a 2014.

Analisando a proveniência dos fundos que financiam o Ativo, temos os Fundos Próprios e o Passivo. No que aos Fundos Próprios consolidados diz respeito, face a 2014, cresceram mais de 10%. Contudo, se expurgarmos o SATU das contas de 2014, que por via de um resultado líquido negativo em mais de 7 milhões de euros atribuídos à participação de 51% do Município de Oeiras naquela entidade, obtemos um valor dos Fundos Próprios em 2014 superior, o que origina um crescimento em 2015 de apenas 7%.

O crescimento evidenciado pelos Fundos Próprios consolidados advém sobretudo do grande incremento registado no Resultado Líquido do Exercício, que aumenta 459% face a 2014, sustentado no forte crescimento do Resultado Líquido do Município de Oeiras, que apresenta uma melhoria face a 2014 de 43 milhões de euros.

Observando a componente do capital alheio, regista-se uma diminuição do Passivo Total em 24% face ao ano anterior. No geral, tanto o passivo de médio e longo prazo, como o de curto prazo apresentam diminuições significativas. No primeiro caso a diminuição cifra-se nos 22%, impulsionada sobretudo pela diminuição de 20% da rubrica Empréstimos de médio/longo prazo, e pela diminuição de 27% da conta de Fornecedores de imobilizado. De referir que praticamente a totalidade desta componente do passivo pertence ao Município de Oeiras.

A diminuição de Passivo de curto prazo em 21% deve-se sobretudo à diminuição de duas rubricas. Por um lado, a rubrica de Empréstimos de curto prazo que cai 30% e por outro a conta corrente de Fornecedores que cai 68%. No caso dos Empréstimos de curto prazo, a diminuição verificada deve-se à redução desta rubrica em todas as entidades que compõem o perímetro de consolidação, à exceção da Habitágua, que quase duplicou a sua alavanca financeira. Inversamente, a Município foi quem mais contribuiu com uma redução do seu financiamento de curto prazo em 80%. Sendo transversal a quase todas as entidades aqui retratadas, a diminuição do valor dos Empréstimos de curto prazo, reflete uma diminuição do esforço de tesouraria necessário para fazer face a estes compromissos no exercício de 2016.

Paralelamente, e respeitante à dívida a Fornecedores c/c, a diminuição verificada, assenta no acerto de contas efetuado entre o Município de Oeiras e a APL, no âmbito do Protocolo estabelecido com esta entidade, para o direito de utilização por parte do Município de Oeiras de parte da zona ribeirinha, pertencente ao domínio público marítimo, sita no concelho de Oeiras. O acerto efetuado originou uma diminuição de mais de 3 milhões de euros.

Assim sendo, as Dívidas a terceiros de médio e longo prazo imputam um peso relativo de mais de 48,5% do Passivo total, valor muito semelhante ao registado em 2014. No que respeita às Dívidas de terceiros de curto prazo, apesar da sua redução de quase 6 milhões de euros, esta não foi suficiente para evitar um aumento do seu peso relativo face ao passivo total, passando então de 25,5% em 2014 para 26,5% em 2015.

As provisões para riscos e encargos, componente também do passivo, mantiveram o seu valor face ao exercício anterior, o que pela diminuição do passivo total, passaram a deter um peso relativo superior a 7%, o que representa uma subida de 1,5%.

Outro aspeto que influenciou bastante a redução do Passivo total foi a diminuição de 45% por parte dos Acréscimos de custos, situação que se ficou a dever à saída do SATU do perímetro de consolidação, por força da sua dissolução. Por via dessa diminuição, o seu peso relativo no Ativo total, passa de 21,5% em 2014, para 17,5% em 2015.

## b. Análise da Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados, tanto individual como consolidada permite avaliar o grau de eficiência económica alcançado, demonstrando assim a capacidade de gerar fluxos de caixa num determinado período, mais concretamente neste caso, a capacidade que o Grupo Autárquico teve de gerar fluxos de caixa. No fundo, a informação que relata, assenta na verificação do pressuposto de que todos os proveitos e ganhos são suficientes para cobrir os custos e perdas.

Tendo sempre presente de que se trata de entidades do domínio público, e por conseguinte vocacionadas maioritariamente para a prestação de serviços em detrimento da venda de mercadorias ou produtos, analisando a estrutura de proveitos e ganhos, verifica-se que no seu global, o Grupo Autárquico apresentou uma subida de 28% face a 2014. Tendo um peso relativo de mais de 78% nos proveitos do grupo consolidado, o Município de Oeiras apresenta um incremento de 35% face ao exercício anterior, devido ao crescimento obtido em todas as rúbricas de proveitos.

Os impostos e taxas obtidos pelo Município de Oeiras, única entidade com movimentos nesta rúbrica, representam mais de 42% de todos os proveitos do Grupo Autárquico. Também a rúbrica de Transferências e subsídios obtidos apresenta um aumento de cerca de 30% originado pela celebração do Contrato Interadministrativo com o Ministério da Educação e da Ciência, doravante designado de MEC, que tem por objeto a delegação de competências na área da educação e da formação, relativamente aos agrupamentos de escolas que integram a rede escolar pública do MEC.

Igualmente, a rúbrica de Proveitos e ganhos extraordinários registou uma subida de mais de 20 milhões de euros, proveniente de anulações de provisões efetuadas anteriormente. Entre as diversas anulações efetuadas, a que mais se destaca foi a constituída para o SATU por conta de resultados negativos, que em 2014, ascendia a um valor de quase 19 milhões de euros, contudo, e devido à sua dissolução, extinguiu-se a necessidade de cobertura dos resultados negativos.

Sempre que existe a necessidade de se constituir uma provisão para precaver encargos futuros, a mesma é classificada como custos e perdas extraordinárias, pelo que a sua anulação total ou parcial origina um proveito efetivo, havendo lugar ao reconhecimento do seu valor nos Proveitos e ganhos extraordinários.

Outra entidade com representatividade no total dos proveitos é o SIMAS, sendo o seu valor 16% de todo o grupo, fruto do seu volume de vendas de produtos e sobretudo das prestações e serviços. As restantes entidades, à exceção da Habitágua que viram os seus proveitos recuarem 29% face a 2014, obtiveram aumentos dos proveitos por via da sua atividade operacional, fator que se saúda.

No que concerne à vertente dos Custos e perdas é de assinalar que o seu valor global sofreu uma redução face a 2014, na ordem dos 8,7%

A composição da estrutura dos Custos e perdas fica então composta conforme gráfico que se segue:



Relativamente aos Custos operacionais, há que destacar que a redução se deve quase na sua totalidade à diminuição dos custos com provisões que desceram quase 80%. A causa deste fenómeno assenta na dissolução do SATU, fator que retirou ao Município de Oeiras a necessidade de proceder a provisões para cobertura de resultados negativos. A diminuição dos custos por via das provisões absorveu o aumento de custos assumidos com Fornecimentos de serviços externos, que subiram 2,5 milhões de euros em 2015 face ao exercício anterior. Tal facto é resultante do aumento dos custos da rúbrica de conservação e reparação por parte do Município de Oeiras, e do aumento dos custos provenientes do SIMAS, obtidos com a Recolha e Tratamento de Efluentes da Amadora, encargos estes que em 2014 eram da responsabilidade do Município da Amadora e em 2015 foram assumidos pelo SIMAS. No que concerne aos custos com remunerações, estes aumentaram cerca de 2 milhões de euros, por via sobretudo do Contrato Interadministrativo celebrado entre o Município de Oeiras e o MEC para a área da educação.

Quanto aos Custos e perdas financeiras, apresentam uma ligeira diminuição, provocada pela saída do SATU do grupo autárquico, que colmatou uma ligeira subida apresentada pelo Município de Oeiras. Já os Custos e perdas extraordinárias apresentam uma subida significativa que ronda os 62%. Na origem deste aumento está sobretudo o Município de Oeiras com um acréscimo de quase 2,2 milhões de euros, proveniente de regularizações efetuadas, e neste capítulo com maior destaque das regularizações de existências, e um acréscimo de quase 400 mil euros oriundo do SIMAS.

Apuradas as dimensões dos custos dos proveitos, importa analisar os resultados obtidos e que medem o desempenho alcançado por parte das entidades do grupo autárquico no desenvolvimento das suas atividades bem como a sua capacidade de gerar fluxos de caixa.

Fortemente impulsionado pelo resultado do Município de Oeiras, sobretudo pelo grande aumento dos proveitos, conforme explicado anteriormente, o Resultado operacional do Grupo Autárquico passou de 123 mil euros negativos em 2014, onde o SATU teve um impacto de quase 16 milhões de euros negativos, para quase 34 milhões de euros positivos. Mesmo expurgando o SATU das contas de 2014, e comparando com o exercício de 2015, a subida do resultado operacional tem uma dimensão de 114%.

Apesar do SATU ter sido retirado das contas do exercício em análise, o Resultado financeiro, apresenta um valor semelhante ao do exercício anterior, pelo que comparativamente a 2014 agrava-se em 65%.

Conforme verificado através da Demonstração de Resultados, o Resultado Líquido do Exercício do grupo de consolidação, cresceu mais de 2400% em 2015, face ao período anterior. À exceção da Município que manteve o Resultado Líquido praticamente inalterado e a Habitágua que o viu cair quase 400 mil euros, para valores negativos, as restantes entidades obtiveram um crescimento dos seus resultados. Contudo é

às contas do Município de Oeiras que deve ser imputada a responsabilidade por este incremento no Resultado Líquido do Exercício, em que o seu peso relativo é de 85%.

### c. Dívida do Grupo Municipal

Sempre que as receitas arrecadadas pelas entidades, ficarem aquém das necessidades de investimento a realizar, é necessário recorrer ao endividamento como forma de colmatar essa diferença. Após décadas em que perdurou a inexistência de controlo ao nível do endividamento por parte das instituições públicas, em 2013, e por via do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, o limite da dívida total com operações orçamentais dos municípios, incluindo as contraídas pelas entidades do Setor empresarial local, não pode ultrapassar 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos 3 exercícios, prevendo inclusive a legislação, penalizações às entidades que não cumpram com o legalmente disposto.

Não obstante este critério estar sob um forte controlo, o recurso ao financiamento é em muitos casos uma poderosa ferramenta de gestão necessária à prossecução das atividades que o Grupo Autárquico pretende levar a efeito. Enaltecendo o compromisso do Município de Oeiras em controlar e obedecer ao estipulado na Lei, regista-se em 2015 uma diminuição de cerca de 20% face a 2014, nos Empréstimos de médio e longo prazo.

De registar que no ano de 2015 não houve recurso ao financiamento bancário de médio longo prazo por parte das entidades que compõem o Grupo Autárquico, exceto a Município que renovou dívida no valor de 213 mil euros sendo o seu contributo irrelevante para o total. Para além da Município, apenas o Município de Oeiras detém compromissos assumidos relativos a financiamentos bancários de médio e longo prazo.

### d. Indicadores de natureza patrimonial

Para lá da informação financeira e patrimonial que observamos numa primeira análise, as Demonstrações Financeiras transmitem informação relevante que se encontra subjacente, e que devidamente analisada permite aos órgãos de gestão um melhor acompanhamento da situação da entidade.

Dessa forma, foram construídos os indicadores que seguem na tabela infra.

Indicadores	2015	2014
<b>Estrutura do ativo</b>		
Ativo fixo / Ativo Total	88,67%	90,93%
Ativo Circulante / Ativo Total	11,33%	9,07%
<b>Estrutura do Passivo</b>		
Passivo Longo Prazo / Passivo Exigível	48,55%	47,29%
Passivo Curto Prazo / Passivo Exigível	26,52%	25,56%
Passivo Longo Prazo / Passivo Curto Prazo	183,11%	185,06%
<b>Rácios de Liquidez</b>		
Liquidez Geral	327,51%	198,31%
Liquidez Reduzida	314,47%	184,21%
Prazo Segurança Liquidez	220	147
<b>Análise Ativo Fixo</b>		
Ativo Fixo / Endividamento MLP	1399,81%	1074,22%
Amortizações Acumuladas / Imobilizado Bruto	22,06%	23,77%
<b>Análise Passivo Exigível</b>		
Coefficiente de Endividamento a Curto Prazo	6,49%	8,36%
Coefficiente de Endividamento a Longo Prazo	11,88%	15,48%
<b>Rácios de Rendibilidade</b>		
ROE	9,32%	0,41%
<b>Rácio de Cobertura</b>		
Resultado Operacional / Serviço da Dívida	4,21	0,00
Cobertura Ativo Fixo por Capitais Próprios	98,06%	90,29%
Cobertura Ativo Fixo por Capitais Permanentes	105,21%	99,60%
<b>Índice de Solvência</b>		
Fundos Próprios / Passivo	666,50%	458,72%
Ativo Líquido / Passivo	766,50%	558,72%
Ativo Líquido (excluindo bens de domínio público) / Passivo	638,98%	463,36%

Apesar do crescimento do ativo fixo em cerca de 1,5%, verifica-se que o ativo circulante ao superar esse crescimento ganha peso relativo sobre o ativo total. Conforme anteriormente analisado, esta situação deve-se sobretudo ao grande crescimento das disponibilidades da conta de Depósitos em instituições financeiras.

Embora se verifique uma diminuição tanto do passivo de curto como de médio e longo prazo, o seu peso relativo aumenta ligeiramente no passivo total, por via de uma diminuição ainda maior por parte dos acréscimos de custos.

Os rácios de liquidez medem o grau em que os débitos de curto prazo estão cobertos pelo ativo circulante. O rácio de liquidez geral sofreu um forte incremento em 2015, com origem em dois fatores conjugados. Por um lado o crescimento do ativo circulante, e por outro lado uma diminuição do passivo circulante, ou seja, das dívidas a terceiros de curto prazo. O mesmo princípio aplica-se ao rácio de Liquidez Reduzida, apenas com a diferença em que ao ativo circulante, são expurgadas as existências.

Relativamente ao Prazo de Segurança de Liquidez, é expresso em dias, e mede o número de dias em que os Custos operacionais estão cobertos pelo Ativo circulante expurgado das existências. Este indicador é tanto melhor quanto mais dias estiverem cobertos pelo ativo.

Sendo o Ativo fixo o investimento efetuado pelo Grupo Autárquico, líquido das depreciações ocorridas entretanto, importa compreender a dimensão do financiamento a médio longo prazo, que financia o ativo fixo. Verifica-se um aumento deste indicador em 2015, por via do crescimento do ativo fixo e uma diminuição dos Empréstimos a médio e longo prazo. De ressaltar no entanto, que este indicador deverá ser complementado pelo rácio de cobertura do ativo fixo por capitais permanentes de forma a aferir o seu desempenho. Neste caso, avaliando a cobertura do ativo fixo pelos capitais permanentes, verifica-se que os Fundos próprios mais o Passivo de médio e longo prazo excedem as necessidades de financiamento do ativo fixo. Ou seja, que parte do Ativo circulante é financiada por capitais permanentes. Regista-se ainda, que o ativo fixo é financiado quase na sua totalidade pelos fundos próprios, sendo as necessidades de recurso ao capital alheio para financiamento do ativo fixo bastante diminutas, o que baixa o risco de desequilíbrios de tesouraria.

No que concerne à cobertura do Serviço da dívida por parte do Resultado operacional, sendo que o serviço de dívida é composto pelas amortizações de capital e os encargos financeiros suportados, registou-se uma melhoria bastante significativa face ao exercício anterior. Isto devido ao facto de que em 2014, por forte influência dos resultados do SATU, o resultado operacional ter sido negativo, logo não cobria qualquer parte do serviço de dívida. Em 2015, e fruto sobretudo do grande crescimento dos resultados do Município de Oeiras, bem como a eliminação do SATU do perímetro de consolidação, o resultado operacional é superior ao serviço da dívida em 4,21 vezes.

O Índice de Solvência apresenta face a 2014 uma diminuição de mais de 3%. Está subjacente neste indicador, a parte do Ativo total que é financiada por capitais alheios. Um valor baixo deste rácio, revela que é sobretudo com recurso aos capitais próprios que é financiado o ativo detido.

Não sendo propriamente o objetivo das entidades públicas a obtenção de lucro, inversamente ao que se passa no setor privado, um dos indicadores utilizados na gestão é o ROE<sup>4</sup>. Este indicador, mede a rentabilidade obtida pelo resultado líquido face ao capital próprio, que é o capital investido. A grande diferença deste indicador face ao ano transato deve-se à dimensão do resultado líquido em 2014 que foi bastante reduzida.

---

<sup>4</sup> *Return on Equity* – Rendibilidade dos Capitais Próprios

# DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS **2015**

## CONSOLIDADAS

### VI. MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

Ano: **2015**

(Unidade: Euro)

Fluxos de caixa estatutários 2015										
		CMO	SIMAS	Oeiras Viva	Parques Tejo	Habitágua	Municipia	Satu	Rec e Pag relacionados	Total
Saldo da gerência anterior – depois da alteração perímetro	a)	25.139.954	9.188.205	159.446	2.687.964	10.368	12.875			37.198.814
Saldo da gerência anterior – antes da alteração perímetro	b)	25.139.954	9.188.205	159.446	2.687.964	10.368	12.875	35.115		37.233.928
Recebimentos		129.892.293	36.435.824	3.598.562	624.678	1.747.727	7.496.083		6.397.471	173.397.696
Pagamentos	c)	117.248.457	33.213.063	3.438.510	227.265	1.745.420	5.877.705		-6.397.471	155.352.949
<b>Saldo para a gerência seguinte</b>	<b>a) + b) - c)</b>	<b>37.783.790</b>	<b>12.410.967</b>	<b>319.498</b>	<b>3.085.377</b>	<b>12.675</b>	<b>1.631.253</b>			<b>55.243.559</b>
<b>Fluxo líquido do ano</b>	<b>b) - c)</b>	<b>12.643.836</b>	<b>3.222.762</b>	<b>160.052</b>	<b>397.413</b>	<b>2.306</b>	<b>1.618.378</b>			<b>18.044.746</b>



## VII. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Município de Oeiras apresenta as suas demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o art.º 75.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, relativas ao exercício de 2015, reportado a 31 de Dezembro.

As demonstrações financeiras consolidadas do grupo autárquico, foram realizadas em conformidade com as normas previstas na Portaria n.º 474/2010, de 15 junho, através da qual é aprovada a Orientação n.º1/2010, que estabelece um conjunto de princípios que devem ser tidos em consideração aquando da elaboração da consolidação de contas.

As notas do presente anexo, contemplam as informações financeiras sobre os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação, mapa de endividamento de médio e longo prazo, bem como os mapas exigidos pelo n.º 7 do art.º 75.º da Lei n.º 73/2013, nomeadamente Balanço, Demonstração de Resultados e Fluxos de Caixa Consolidados, omitindo-se todos os pontos que não se aplicam ao Grupo Autárquico, ou respeitam a factos ou situações que não são materialmente relevantes.

### 1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação

Do cumprimento do disposto no art.º 75.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, surge o grupo autárquico composto pelas seguintes entidades:

Ano: 2015

Nome	Sede	% Part.	Capital Próprio	Responsáveis	Sistema de Contabilidade aplicável	N. Trab.
Município de Oeiras	Largo Marques de Pombal 2784-501 Oeiras			Presidente: Paulo Cesar Vistas Vice- Presidente: Carlos Morgado Vereadores: Ricardo Barros, Madalena Castro; Marlene Rodrigues; Alexandre Luz; Eduarda Godinho; Angelo Pereira; Marcos Rodrigues; Alexandra Moura e Daniel Branco	POCAL	2307
SIMAS – Serviços Intermunicipalizados de Águas e saneamento de Oeiras e Amadora, E.I.M.	Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 19, Urb. Moinho das Antas 2784-541 Oeiras	50%	158.164.232,35	Presidente: Paulo Cesar Vistas Vogal: Carlos Morgado Vogal: José Agostinho Marques	POCAL	377
OEIRAS VIVA - Gestão de Equipamentos Socioculturais e Desportivos, E.E.M.	Piscina Oceânica de Oeiras - Estrada Marginal - Praia da Torre 2780-267 OEIRAS	100%	755.025,23	Presidente: Rafael Luis Salgueiro Vogal: José Manuel Pereira Vogal: Susana Correia Santos	SNC	69
PARQUES TEJO, Parques de Oeiras, E.E.M.	Av. das Tulipas, n.º 6, Piso 10 D/E Miraflores 1495-161 ALGÉS	100%	3.740.266,26	Presidente: José Ferreira de Matos Vogal: Rui Marques Soeiro Vogal: José Ataíde Campos	SNC	50
HABITÁGUA - Serviços Domiciliários, Lda.	Estrada de Paço de Arcos (Edifício Lemo) 2770-130 Paço de Arcos	100%	-55.784,07	Presidente: Luis Manuel Lopes Vogal: Maria Lucia Martins de Paula	SNC	42
MUNICÍPIA, SA - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	Taguspark, Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, Edifício Ciência II, 11 - 3º B 2740-120 PORTO SALVO	57%	3.352.799,46	Presidente: Fernando Nascimento Trigo Administrador: João Costa Lopes Administrador: João Brito da Silva	SNC	31

## 2. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

Em virtude de coexistirem diversos sistemas contabilísticos no Grupo Autárquico do Município de Oeiras, e por forma a imprimir uma maior consistência na informação veiculada, procedeu-se à uniformização da informação das diversas entidades incluídas no perímetro de consolidação, através da conversão dos dados para o POCAL, procedendo às reclassificações e aos ajustamentos naturalmente necessários.

A preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas alicerçaram-se no conjunto de princípios aplicados pela entidade mãe, em conformidade a disposto na portaria 474/2010 de 15 de junho, designadamente quanto à relevância e materialidade, à fiabilidade, à neutralidade, à plenitude, à comparabilidade espacial e temporal e à representação fidedigna da informação nelas contidas.

Atento o exposto anteriormente, salvaguarda-se que as demonstrações financeiras relativas ao perímetro de consolidação definido, e que são parte integrante do presente documento, apresentam uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades pertencentes ao Grupo Autárquico.

Ressalva-se a alteração efetuada ao perímetro de consolidação para o ano de 2015, relativamente à empresa SATU – Oeiras, Sistema Automático de Transportes Urbano, EM, SA, uma vez que a mesma se encontra em processo de dissolução com entrada em liquidação, pelo que foi efetuado o devido ajustamento nas demonstrações financeiras.

## 3. Informações relativas aos procedimentos de consolidação

Foram efetuados movimentos extra contabilísticos, quer a débito quer a crédito, tendo em vista correções ao nível da eliminação, da participação financeira, de transações recíprocas entre entidades incluídas no perímetro de consolidação e dos saldos entre as mesmas entidades.

# DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS **2015**

## CONSOLIDADAS

### 4. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo

Ano: **2015**  
(Unidade: Euro)

Código das contas	Designação das contas (a)	Endividamento Líquido (b)							Eliminação de créditos/dividas recíprocas	Grupo público consolidado
		CMO	SIMAS	OV	PT	HT	Municipia	TOTAL		
2312	Empréstimos de longo prazo	21.097.325	-	-	-	-	213.260	21.310.586	-	21.310.586
221	Fornecedores c/c m/l prazo	-	-	-	-	34.814	-	34.814	-	34.814
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	13.242.501	-	-	-	-	-	13.242.501	-	13.242.501
262+263+267+268	Outros credores	6.493.600	-	-	-	-	-	6.493.600	-	6.493.600
<b>TOTAL</b>		<b>40.833.426</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>34.814</b>	<b>213.260</b>	<b>41.081.501</b>	<b>-</b>	<b>41.081.501</b>

(a) A desagregar de acordo com as rubricas do balanço consolidado relativas às dividas a terceiros-médio e longo prazos.

(b) A desdobrar de acordo com as entidades abrangidas pelo perímetro de consolidação

# DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS **2015** CONSOLIDADAS

a. Dividas a terceiros apresentadas no balanço consolidado que se vencem nos 4 anos seguintes à data do balanço

	Ano: 2015 (Unidade: Euro)									
	CMO	SIMAS	Oeiras Viva	Parques Tejo	Habitágua	Município	TOTAL			
Empréstimos de m/l prazo	7.976.847	-	-	-	-	213.260	8.190.107			
Fornecedores de imobilizado m/l prazo	13.242.501	-	-	-	-	-	13.242.501			
Fornecedores c/c m/l	-	-	-	-	34.814	-	34.814			
Outros Credores m/l prazo	4.942.017	-	-	-	-	-	4.942.017			
Empréstimos de curto prazo	2.719.702	-	500.000	-	175.000	90.540	3.485.243			
Fornecedores, c/c	746.755	518.979	95.206	59.485	86.241	212.714	1.719.380			
Fornecedores - Faturas em receção e conferência	1.102.022	89.295	-	13.574	-	-	1.204.891			
Clientes com caucões	235.050	-	-	-	-	-	235.050			
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	-	721.556	-	-	-	-	721.556			
Fornecedores de imobilizado, c/c	5.808.023	- 730	-	40.970	-	-	5.848.263			
Credores factoring	102.312	-	-	-	-	-	102.312			
Estado e outros entes públicos	287.670	962.320	121.451	52.382	71.291	253.956	1.749.070			
Administração autárquica	-	2.594.994	-	-	-	-	2.594.994			
Outros credores	4.234.458	2.251	4.705	8.077	413	-	4.249.904			
<b>TOTAL</b>	<b>41.397.358</b>	<b>4.888.666</b>	<b>721.362</b>	<b>174.487</b>	<b>367.759</b>	<b>770.471</b>	<b>48.320.103</b>			

## 5. Informações relativas a Saldos e Fluxos Financeiros

O mapa de fluxos de caixa consolidado visa espelhar os recebimentos e pagamentos associados à execução orçamental e às demais operações que afetam a tesouraria do Grupo Autárquico, evidenciando ainda os saldos iniciais e finais.

Saldo da gerência anterior	a)	37.233.928
Alteração perímetro 01/01/2015 exclusão do SATU	b)	35.115
Novo saldo da gerência anterior	c) = a) - b)	37.198.814
Recebimentos	d)	173.397.696
Pagamentos	e)	155.352.949
Saldo para a gerência seguinte	f) = c) + d) - e)	55.243.559
Fluxo líquido do ano	d) - e)	18.044.746

É através da análise do quadro anterior, que é possível constar o resultado dos movimentos financeiros ocorridos no Grupo Autárquico.

Da leitura do quadro acima é possível verificar que, durante o ano de 2015, as entradas de fundos são superiores em 12%, face ao valor relativo a pagamentos, o que representa um fluxo líquido financeiro do ano de 18.044.746 €. Adicionando a esta perceção, o saldo inicial transitado do ano anterior, de 37.198.814 €, ajustado à alteração do perímetro da consolidação relativamente à gerência do ano de 2014, uma vez que se excluiu o SATU, por se encontrar em situação de dissolução, o saldo a transitar para a gerência seguinte será de 55.243.560 €, valor superior ao ano transato em 34%.

## 6. Informações relativas a compromissos

Os compromissos assumidos pelo Grupo Autárquico para exercícios futuros, relativos à entidade consolidante, figuram todos no balanço consolidado.

## 7. Informações relativas a políticas contabilísticas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram elaboradas de acordo com os critérios valorimétricos constantes do Ponto 4. do POCAL.

As entidades incluídas no perímetro de consolidação converteram os seus critérios de valorimetria em critérios uniformes ao Grupo Autárquico de forma a garantir a homogeneização da informação.

## a. Imobilizações

As imobilizações corpóreas, incorpóreas e os bens de domínio público, do Grupo Autárquico, foram registados pelo custo de aquisição ou de produção.

Relativamente ao imobilizado em curso, encontra-se valorizado de acordo com o grau de execução financeira das obras e trabalhos específicos.

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, com referência ao ano em que os bens são postos em utilização, praticando as taxas máximas legalmente fixadas na Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril, conforme o disposto no POCAL.

## b. Investimentos financeiros

Os Investimentos Financeiros, usualmente designado de partes de capital, foram registados contabilisticamente pelo custo de aquisição.

## c. Existências

As existências estão valorizadas ao custo de aquisição.

## d. Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

## e. Provisões

As provisões consolidadas registam-se pelas regras geralmente adotadas no POCAL, e são calculadas com base no princípio da prudência.

Para 2015 registou-se um acréscimo de 1.125.649 €, o que em termos percentuais representa 5,62% face ao ano transato.

	2015	2014
<b>Total das Provisões</b>	<b>21.152.135</b>	<b>20.026.486</b>

## f. Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras exprimem os montantes relativos aos meios de pagamentos e aos saldos de todas as contas de depósito, sendo os mesmos expressos em euros.

8. Informações diversas

- a. Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constante do balanço consolidado e nas respectivas amortizações, ajustamentos e provisões

A 31 de dezembro de 2015, as rubricas dos bens de imobilizado do Grupo Autárquico, relativos ao ativo bruto e amortizações apresentam os seguintes valores:

# DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS **2015** CONSOLIDADAS

## ATIVO BRUTO

Designação	31-12-2014	Alteração de período	Aumentos	Diminuições	Regularizações	31-12-2015
<b>Bens de Domínio Público</b>						
451 - Terrenos e Recursos Naturais	3.849.954		59.549	-	1.118.942	5.028.445
452 - Edifícios	4.779.518		-	-	4.779.518	4.779.518
453 - Outras Construções e Infraestruturas	63.712.331		10.182	-	99.211	63.821.724
455 - Bens do Património histórico, artístico e cultural	3.904.036		150.709	-	297.518	4.352.263
459 - Outros bens do domínio público	5.255.630		-	-	-	5.255.630
445 - Imobilizado em curso	41.070.348		4.072.704	997.874	- 85.859	44.059.319
446 - Adiantamentos por conta de bens de domínio público	21.000		-	21.000	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>122.592.817</b>	<b>-</b>	<b>4.293.144</b>	<b>1.018.874</b>	<b>1.429.811</b>	<b>127.296.898</b>
<b>Imobilizado Incorporado</b>						
431 - Despesas de Instalação	1.507.465		580	-	- 13.415	1.494.630
432 - Estudos Projetos de desenvolvimento - Comum	1.848.454		36.900	435.848	- 51.915	1.397.591
433 - Propriedade Industrial e Outros Direitos	1.481.948	- 5.066	136.175	3.043	- 28.203	1.581.811
434 - Imobilizado em Curso			-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>4.837.867</b>	<b>- 5.066</b>	<b>173.655</b>	<b>438.891</b>	<b>- 93.533</b>	<b>4.474.032</b>
<b>Imobilizações Corpóreas</b>						
421 - Terrenos e recursos naturais	114.865.767		3.510.956	114.290	1.855.472	120.117.905
422 - Edifícios e Outras Construções	395.142.502	- 16.247.248	1.996.624	21.493	432.205	381.302.590
423 - Equipamento básico	32.216.217	- 7.123.780	483.024	252.751	- 31.095	25.291.614
424 - Equipamento de transporte	8.752.086		73.104	31.086	- 10.166	8.783.938
425 - Ferramentas e utensílios	926.349		11.936	39	899	939.144
426 - Equipamento administrativo	20.785.370	- 29.805	260.238	134.355	- 124.122	20.757.325
427 - Taras e vasilhames	204.034		-	-	-	204.034
429 - Outras Imobilizações corpóreas	11.577.753	- 3.570	647.133	1.755	- 533.582	11.685.980
442 - Imobilizado em curso	14.027.899	- 35.008	7.689.935	97.343	- 586.956	20.998.526
448 - Adiantamentos por conta de imobil. corpóreas	22.611		-	-	-	22.611
<b>Subtotal</b>	<b>598.520.587</b>	<b>- 23.439.411</b>	<b>14.672.950</b>	<b>653.113</b>	<b>1.002.654</b>	<b>590.103.666</b>
<b>Investimentos Financeiros</b>						
4111- Associações de municípios	5.062.035		-	-	-	5.062.035
4112- Empresas Municipais e Intermunicipais	699.201	1.020.000	-	-	-	1.719.201
4113- Empresas privadas ou cooperativas	5.991.606		-	24.500	-	5.967.106
4114- Outras Entidades	1.300.000		-	50.000	- 1.250.000	-
4122- Fundo de Apoio Municipal - FAM	5.430.542		-	-	-	5.430.542
4151- Outras aplicações financeiras	1.394		2.429	-	-	3.823
<b>Subtotal</b>	<b>18.484.778</b>	<b>1.020.000</b>	<b>2.429</b>	<b>74.500</b>	<b>- 1.250.000</b>	<b>18.182.707</b>
<b>Total</b>	<b>744.436.050</b>	<b>- 22.424.477</b>	<b>19.142.177</b>	<b>2.185.378</b>	<b>1.088.932</b>	<b>740.057.303</b>



# DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS **2015** CONSOLIDADAS

## AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

Designação	31-12-2014	31-12-2014	Aumentos	Diminuições	Regularizações	31-12-2015
<b>De Bens de Domínio Público</b>						
4852 - Edifícios	697.546		79.249	-	-	776.795
4853 - Outras Construções e Infraestruturas	15.457.569		3.047.020	-	-	18.504.589
4855 - Bens do Património histórico, artístico e cultural	54.216		8.942	-	38.284	101.441
4859 - Outros bens do domínio público	14.159		1.180	-	-	15.338
<b>Subtotal</b>	<b>16.223.490</b>	<b>-</b>	<b>3.136.391</b>	<b>-</b>	<b>38.284</b>	<b>19.398.164</b>
<b>De Imobilizações Incorpóreas</b>						
4831 - Despesas de Instalação	1.083.805		222.344	-	- 13.415	1.292.734
4832 - Estudos Projetos de desenvolvimento - Comum	1.832.729		7.459	435.848	- 51.915	1.352.425
4833 - Propriedade Industrial e Outros Direitos	1.240.044	- 5.066	102.967	1.014	13.415	1.350.346
<b>Subtotal</b>	<b>4.156.579</b>	<b>- 5.066</b>	<b>332.770</b>	<b>436.862</b>	<b>- 51.915</b>	<b>3.995.506</b>
<b>De Imobilizações Corpóreas</b>						
4821 - Terrenos e recursos naturais	-		-	-	-	-
4822 - Edifícios e Outras Construções	95.769.370	- 16.247.247	5.002.028	3.829	27.509	84.547.831
4823 - Equipamento básico	27.807.243	- 7.123.780	995.578	201.274	- 79.331	21.398.435
4824 - Equipamento de transporte	5.874.649		447.345	14.676	- 19.582	6.287.735
4825 - Ferramentas e utensílios	845.744		30.297	40	- 860	875.141
4826 - Equipamento administrativo	18.005.251	- 29.805	403.195	133.309	- 137.986	18.107.347
4827 - Taras e vasilhame	204.034		-	-	-	204.034
4829 - Outras Imobilizações corpóreas	8.045.631	- 3.570	406.547	1.755	- 38.283	8.408.570
442 - Imobilizado em curso	35.008	- 35.008	-	-	-	0
<b>Subtotal</b>	<b>156.586.930</b>	<b>- 23.439.410</b>	<b>7.284.990</b>	<b>354.883</b>	<b>- 248.534</b>	<b>139.829.093</b>
<b>De Investimentos Financeiros</b>						
491 - Partes de capital	775.951		1.020.000	24.500	-	1.771.451
<b>Subtotal</b>	<b>775.951</b>	<b>-</b>	<b>1.020.000</b>	<b>24.500</b>	<b>-</b>	<b>1.771.451</b>
<b>Total</b>	<b>177.742.949</b>	<b>- 23.444.476</b>	<b>11.774.150</b>	<b>816.245</b>	<b>- 262.165</b>	<b>164.994.213</b>

# DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS

## 2015

- b. Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respetiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão

O Grupo Autárquico em 31 de dezembro de 2015, detém as seguintes garantias prestadas a terceiros:

Ano:   
(Unidade: Euro)

Entidades	Garantias bancárias	Outras	Total
<b>CMO</b>			
Instituto Biblioteca Nacional Livro	49.880	-	49.880
IHRU Instituto H R Urbana, IP	18.988	-	18.988
Brisa Autoestradas de Portugal, S.A.	179.567	-	179.567
Petrogal Petróleos de Portugal	5.986	-	5.986
Instituto Biblioteca Nacional Livro	32.971	-	32.971
Tribunal Judicial Comarca Oeiras	249.399	-	249.399
Infraestruturas de Portugal, S.A.	5.250	-	5.250
<b>Subtotal</b>	<b>542.040</b>	-	<b>542.040</b>
<b>SIMAS</b>			
Estradas de Portugal, S.A.	2.828	-	2.828
Estradas de Portugal, S.A.	39.405	-	39.405
Estradas de Portugal, S.A.	5.000	-	5.000
Estradas de Portugal, S.A.	5.000	-	5.000
Estradas de Portugal, S.A.	5.250	-	5.250
Estradas de Portugal, S.A.	3.540	-	3.540
Konica	33.701	-	33.701
<b>Subtotal</b>	<b>94.724</b>	-	<b>94.724</b>
<b>Oeiras Viva</b>			
DGCI	114.416	-	114.416
DGCI	140.000	-	140.000
<b>Subtotal</b>	<b>254.416</b>	-	<b>254.416</b>
<b>Habitágua</b>			
Galp/Petrogal	3.496	-	3.496
<b>Subtotal</b>	<b>3.496</b>	-	<b>3.496</b>
<b>Total</b>	<b>894.676</b>	-	<b>894.676</b>

# DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS **2015** CONSOLIDADAS

## c. Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades

### Vendas e prestações de serviços por atividades e mercados geográficos

Rubricas	Ano: <span style="border: 1px solid black; padding: 2px;">2015</span>					
	Mercado interno 2015	Mercado externo 2015	Total 2015	Mercado Interno 2014 Aprovado	Mercado Externo 2014 Aprovado	Total 2014
Vendas de mercadorias	165.037	-	165.037	189.475		189.475
Vendas de produtos	9.635.806	-	9.635.806	9.797.004		9.797.004
Prestações de serviços	35.906.733	69.381	35.976.114	28.617.605	264.677	28.882.282
<b>Total</b>	<b>45.707.576</b>	<b>69.381</b>	<b>45.776.957</b>	<b>38.604.084</b>	<b>264.677</b>	<b>38.868.761</b>

(Unidade: Euro)

d. Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial

Ano: 2015

(Unidade: Euro)

Designação	CMO	SIMAS	Oeiras Viva	Parques Tejo	Habitágua	Municíпия	Total 2015
Órgãos autárquicos	294.137	0	0	0	0	0	294.137
Órgãos sociais	0	0	49.827	45.955	45.304	50.016	191.101
Órgãos de fiscalização	21.000	12.500	8.400	9.799	0	7.200	58.899
<b>Total</b>	<b>315.137</b>	<b>12.500</b>	<b>58.227</b>	<b>55.755</b>	<b>45.304</b>	<b>57.216</b>	<b>544.138</b>

e. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Atendendo à alteração do perímetro, decorrente da exclusão do SATU, toda a informação constante das Demonstrações Financeiras foi devidamente ajustada à circunstância em apreço.

# DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS **2015** CONSOLIDADAS

## f. Demonstração consolidada dos resultados financeiros

Ano: **2015**  
(Unidade:  
Euro)

Código das contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		31-12-2015	31-12-2014			31-12-2015	31-12-2014
681	Juros Suportados	1.947.082	3.263.895	781	Juros obtidos	345.548	439.126
682	Perdas em entidades Participadas	1.020.000		782	Ganhos em entidades participadas	0	
683	Amortizações de Investimentos em Imóveis	0		783	Rendimentos de imóveis	587.122	808.792
684	Provisões para aplicações financeiras	0		784	Rendimentos de participações de capital	48.427	86.857
685	Diferenças de câmbios desfavoráveis	0		785	Diferenças de câmbios favoráveis	0	1
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0		786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0	23
688	Outros custos e perdas financeiros	124.246	106.658	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0	
				788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0	39
	Resultados financeiros	-2.111.417	-2.036.528	789	Reembolsos interface	-1.186	-813
		<b>979.911</b>	<b>1.334.024</b>			<b>979.911</b>	<b>1.334.024</b>

# DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS **2015**

## CONSOLIDADAS

### g. Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

Código das contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		31-12-2015	31-12-2014			31-12-2015	31-12-2014
691	Transf. de Capital concedidas	2.320.331	1.299.331	791	Restituições de impostos	0	4.520
692	Dívidas incobráveis	0	13.443	793	Ganhos em existências	2.964.729	2.017.018
693	Perdas em existências	3.556.439	1.203.771	794	Ganhos em imobilizações	799.534	226.119
694	Perdas em imobilizações	342.307	1.430.395	795	Benefícios de penalidades contratuais	421.843	730.330
695	Multas e penalidades	2.839	5.305	796	Reduções de amortizações e de provisões	22.682.289	1.843.743
697	Correções relativas a exercícios anteriores	495.103	188.091	797	Correções relativas a exercícios anteriores	407.250	1.551.602
698	Outros custos e perdas extraordinários	314.173	209.202	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	669.250	2.210.279
	Resultados extraordinários	20.895.857	4.231.423	799	Reembolsos interface	-17.844	-2.650
		<b>27.927.050</b>	<b>8.580.962</b>			<b>27.927.050</b>	<b>8.580.962</b>

Ano: 2015

(Unidade: Euro)

**h. Desdobramento das contas de provisões/ajustamentos acumulados e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício**

O Grupo Autárquico, registou no ano de 2015 um valor de 21.152.135€, relativo a provisões. É possível constar um ligeiro incremento no valor das Provisões, de aproximadamente 5,6%, fundamentalmente em resultado da constituição da provisão para Investimentos Financeiros, relativa à participação do Município de Oeiras na empresa SATU, uma vez que esta empresa se encontra em processo de Dissolução.

Importa no entanto ressaltar a movimentação de ajustamento ocorrida na componente em análise, que pela sua particularidade poderá conduzir a uma apreciação enviesada dos factos. Ora vejamos, em 2014 a empresa SATU fazia parte integrante do Grupo Autárquico, o que obrigava a uma movimentação contabilística específica, designadamente o ajustamento relativo à constituição, pelo Município de Oeiras, da provisão para resultados líquidos negativos do SATU, por ser uma parte relacionada.

Neste seguimento, face ao valor aprovado no ano transato, e que consta das demonstrações Financeiras aprovadas, não é claramente visível a redução efetuada pelo Município de Oeiras à provisão constituída em 2014, referente ao SATU e que quantificava cerca de 19 milhões de euros. Desta feita o mapa que se segue, ilustra o ajustamento efetuado em 2015, decorrente da exclusão do SATU do perímetro de consolidação, o que promoveu necessariamente à inclusão da provisão que no ano anterior teria sido expurgada.

Designação	31-12-2014 Aprovado	Alteração de perímetro de consolidação - saída da SATU	31-12-2014 Ajustado	Aumento	Redução	Utilizações	Regularizações	31-12-2015
291- Provisões para cobranças duvidosas	12.356.868	-	12.356.868	1.257.772	651.375	-	565	12.963.831
<b>Subtotal</b>	<b>12.356.868</b>	<b>-</b>	<b>12.356.868</b>	<b>1.257.772</b>	<b>651.375</b>	<b>-</b>	<b>565</b>	<b>12.963.831</b>
<b>292- Provisões para riscos e encargos</b>								
2921-Processos judiciais em curso	5.097.313		5.097.313	300.000	1.741.203	-	-	3.656.110
2924-Participações nos resultados	933.431	19.666.988	20.600.419	218.192	20.322.093	-	-	496.518
2928-Outros riscos e encargos	12.712		12.712	1.927.246	12.712	-	-	1.927.247
2929-Utentes	212.238		212.238	13.985	104.000	-	-	122.223
<b>Subtotal</b>	<b>6.255.694</b>	<b>19.666.988</b>	<b>25.922.682</b>	<b>2.459.424</b>	<b>22.180.008</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.202.098</b>
298- outras provisões								
<b>Subtotal</b>								
39- depreciação de existências	637.973	-416.919	221.054	-	-	6.299	-	214.755
<b>Subtotal</b>	<b>637.973</b>	<b>-416.919</b>	<b>221.054</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.299</b>	<b>-</b>	<b>214.755</b>
49-Provisão para Investimentos Financeiros	775.951		775.951	1.020.000	24.500	-	-	1.771.451
<b>Subtotal</b>	<b>775.951</b>	<b>-</b>	<b>775.951</b>	<b>1.020.000</b>	<b>24.500</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.771.451</b>
<b>Total</b>	<b>20.026.486</b>	<b>19.250.069</b>	<b>39.276.555</b>	<b>4.737.196</b>	<b>22.855.882</b>	<b>6.299</b>	<b>565</b>	<b>21.152.135</b>

Relativamente às contas de provisões importa então salientar o seguinte:

- Os valores registados na rubrica de provisões para cobranças duvidosas, são utilizadas para fazer face ao risco de incumprimento por parte de devedores, destaca-se a constituição da provisão inerente ao empréstimo concedido ao LEMO, uma vez que a recuperação da referida empresa

participada não se encontra assegurada face à deliberação de liquidação, e ainda valores associados a Rendas de Habitação Social, Resíduos Sólidos entre outros clientes de cobrança duvidosa.

- O apuramento das provisões para processos judiciais em curso, considera os valores relativos a todos os processos judiciais com elevado risco de execução a curto prazo, tendo-se constatado face ao ano transato, uma redução na ordem dos 28%, decorrente essencialmente da redução de processos judiciais com elevada probabilidade de ocorrência, em resultado de uma reanálise face ao ponto da situação dos processos.
- A redução do valor das Provisões para a participação nos resultados em quase 47%, resulta essencialmente da redução efetuada para o LEMO, por contrapartida da constituição de novas provisões para o LEMO, AMTRES, OEIRASEXPO e ISQ.
- Na conta Provisões para outros riscos e encargos, e por obediência ao princípio da prudência foi, em 2014, considerado o valor de 12.712€ para a eventual indemnização a pagar aos trabalhadores da OEINERGE - Agência Municipal de Energia e Ambiente de Oeiras, por extinção do posto de trabalho, no caso de não ficarem integrados num posto de trabalho na sequência dos processos de recrutamento, como tal não se veio a verificar, foi efetuada, no decurso de 2015 a sua anulação. Em contrapartida foram constituídas provisões para a Descontaminação do tanque de combustível das oficinas do Espargal, para o eventual desmantelamento e demolição da estrutura do SATU, e ainda uma provisão para indemnização dos trabalhadores da Habitágua, pela mesma razão que foi constituída no ano transato, para os trabalhadores da OEINERGE.
- A Conta de provisões para Riscos e encargos – utentes registou uma variação negativa de 42%, face ao período homólogo, justificado basicamente pela regularização de valores em dívida no SIMAS e na Oeiras Viva.
- As provisões para depreciação de existências registadas traduzem os riscos de obsolescência e/ou deterioração física parcial na data do Balanço. Em 2014 os valores evidenciados correspondiam ao SATU e ao SIMAS, sendo que em 2015 o valor apresentado na tabela respeita ao SIMAS.
- Quanto às provisões constituídas na rubrica Provisão para Investimentos Financeiros, releva-se a constituição da provisão para a participação do Município de Oeiras no capital social do SATU, no montante de 1.020.000 € e ainda a redução da provisão da Oeiras PRIMUS, no valor de 24.500€.



i. Indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos

Encargos com Cr's de Leasing + ALD		Amortização	Juros + outros encargos
Município	Aquisição da máquina digital DMC (leasins) (Municipal)	88.303	8.804
Parques Tejo	BMW FS – 1 BMW 320D	9.410	0
	Locarent – 2 viaturas ligeiras (1 VW Golf e 1 VW Jetta)	7.921	0
	Leaseplan – 3 viaturas ligeiras (2 Opel Corsa e 1 Renault Fluence)	11.440	0
	Renault BF – 7 viaturas ligeiras (5 Renault Kangoo e 2 Renault Clio)	34.033	0
	Aquisição da Fração 10 <sup>o</sup> C para escritório (PT)	2.202	63
<b>Total</b>		<b>153.308</b>	<b>8.867</b>

## ENCERRAMENTO

Os presentes DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS da gerência do ano financeiro de 2015, que contêm 37 páginas que antecedem e incluem a atual, estão devidamente numeradas, e são levadas a Reunião de Camara para aprovação e subsequentemente submetidas à Assembleia Municipal para apreciação e votação, nos termos dos artigos 27º, n.º2 e 33º, n.º1, alínea i), ambos do RJAL.

